

*Política Fiscal - Finanças  
Crescimento econômico*



TCC/UNICAMP  
M238p  
1290003760/IE



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**Instituto de Economia**

**A política fiscal do governo indiano e seus efeitos  
sobre o crescimento econômico entre 1990 e 2005**

Instituto de Economia - dez 2008

Profº Orientador: Marcos Antonio Macedo Cintra

Aluno: Guilherme Macorin

TCC/UNICAMP  
M238p  
1290003760/IE

*200900564*

## **Índice**

Resumo.....	2
Introdução.....	3
1 – 1.1 A evolução econômica indiana desde a independência do país até as reformas da década de 1990.....	4
1.2 A ruptura do padrão de desenvolvimento e as reformas.....	12
1.3 O processo indiano de reformas.....	16
2 – 2.1 A problemática da arrecadação.....	20
2.2 Financiamento do déficit público e a dívida pública.....	23
3 – 3.1 Os Gastos do Governo.....	27
3.2 As empresas estatais.....	34
Conclusão.....	36
Referências Bibliográficas.....	38

## **Resumo**

Este trabalho pretende mostrar a política fiscal do governo indiano entre os anos de 1990 e 2005, e quais as possíveis influências dela no crescimento econômico do país.

Será apresentado um breve histórico da formação do Estado no período pós-independência até o início da década de 1990, quando se iniciaram as reformas liberalizantes. No período de 1990 à 2005, serão estudados a arrecadação do governo, o trajeto do déficit e da dívida pública e os principais meios de se financiá-los, além de uma análise dos gastos do governo central.

Com tais informações verificaremos se a política fiscal adotada pelo governo central indiano foi importante ou não para promover o elevado crescimento econômico do país nos anos recentes.

Palavras-chave: estado - pragmatismo – reformas – intervenção – arrecadação – déficit – dívida – gastos – crescimento.

## **Introdução**

A Índia, junto com a China, é hoje apontada como pretendente a se tornar uma superpotência nos próximos anos. Isso principalmente pelo grande e constante crescimento econômico que tem se reproduzido nos anos recentes, pela sua política internacional firme e independente dos interesses das principais economias do mundo, pelo seu poderio militar e pelo grande potencial que sua enorme população representa. População de mais de 1,1 bilhão de habitantes, pobre, desigual e com índice de habitantes em áreas rurais em torno de 60%. Portanto qualquer distribuição de renda gera grandes expectativas de aumento da demanda e maior dinamismo no mercado interno, o que por sua vez atrai investidores de toda parte do mundo.

Grande parte do crescimento econômico verificado no período em estudo neste país, a partir de 1990 até os dias atuais, está estreitamente condicionado pelo governo, com seus controles, políticas, planos, e atuações em geral, gerando efeitos pró-crescimento. Essa estratégia de proteção e intervenção estatal vai contra a política econômica dominante que é pregada pelos principais órgãos internacionais e pelas principais economias do mundo.

Um dos aspectos relevantes para tal desempenho é a política fiscal, principalmente após 1990, quando começa um processo de liberalização amplo em diversos setores, de forma pragmática, sempre acompanhada de perto pelo Estado, avaliando e revendo os efeitos de cada reforma posta em ação. Estes estímulos têm se mostrado de grande valia para gerar dinâmica num país que até poucos anos atrás não era visto senão como país subdesenvolvido.

Tais reformas, a passos lentos, têm preparado a economia do país para competir no mercado internacional globalizado. E de fato temos o desenvolvimento do capitalismo na Índia, como pregado pelos países centrais, a partir de 1990 com as reformas liberalizantes. Essa história recente promovida pelo governo do país mostra que um Estado forte pode guiar o desenvolvimento econômico de um país de modo a corrigir as distorções internas ocasionadas pela liberalização total do mercado.

Para justificar o trabalho, temos ainda a escassez de trabalhos sobre o tema que aglutinem os efeitos da política fiscal sobre a evolução da economia, e não apenas o resultado de tais políticas em aspectos quantitativos de déficit e dívida pública baseados em teoria do *mainstream*.

Este trabalho está organizado da seguinte forma. A primeira seção mostrará a perspectiva histórica da evolução econômica da Índia, mostrando os caminhos escolhidos pelo governo quanto suas principais ações políticas, econômicas e sociais até o ano de 1990, e como tais ações propiciaram o posterior potencial dinâmico do país. Serão estudados os fatos ocorridos desde a independência do país, no âmbito político e econômico em especial, que vieram a influenciar até os dias atuais a peculiar estratégia de desenvolvimento indiana.

A segunda seção trará a dinâmica criada pelo governo para gerir o déficit e a dívida pública e para amenizar seus impactos no desempenho da economia, mostrando a relação do governo com os bancos em território indiano como forma de financiamento desse sistema. Ainda, uma análise da atual situação fiscal do governo indiano, do grau de endividamento e das tendências das suas políticas nesta questão. A problemática da arrecadação do governo indiano. Como o grande nível de informalidade afeta a economia e a própria saúde fiscal do governo central, e mostrar o que têm sido feito para aumentar a arrecadação e a formalidade dos diversos setores.

Na terceira seção será estudado o peso dos gastos do governo para os cofres públicos, e para onde eles se direcionam, quais são os campos de atuação direta do Estado que possam vir a ser um estímulo para a economia do país. Como o governo, seja através das estatais, investimentos em tecnologias e infra-estrutura, créditos subsidiados e insumos básicos, influencia no dinamismo da economia do país.

A conclusão discorrerá se o alto grau de atuação governamental no quesito fiscal é um dos fatores favoráveis ou não para o crescimento econômico do país nos últimos anos.

## **1 – 1.1 A evolução econômica indiana desde a independência do país até as reformas da década de 1990**

Muitos Estados indianos, desde tempos remotos, mantiveram comércio intenso com diversas partes do mundo até então conhecido, e principalmente com a Europa. Esse comércio

era incentivado pelo Estado, que aumentava significativamente sua arrecadação de impostos com as transações. No fim do período do governo Mughal, entre os séculos XVII e XIV, o comércio entre a Índia e os ingleses começou a entrar em conflito, o que levou a Inglaterra a usar da força para colonizar o país. A partir de então, a economia indiana passou a ser moldada seletivamente de acordo com os interesses da metrópole. Um exemplo do fato foi o desmonte da célebre indústria têxtil e da seda indiana, que de exportadores líquidos do produto passaram a ser importadores líquidos para se adequarem ao esquema centro-periferia. Temos com isto uma inserção de um modo peculiar na globalização que surgia. Tal fato é chamado de “Legado das Índias Orientais”, o que mesmo após a independência do país em agosto de 1947, continuava a gerar ansiedade, para os novos líderes e para a maioria dos partidos políticos do país, quanto às benesses da política de livre comércio (BHATTACHARYA, 2003 ). Esse processo histórico é de grande valia para compreender as políticas e decisões tomadas ao longo dos anos após a independência do país.

Os grandes nomes precursores da independência indiana foram Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru. Juntos conduziram um movimento de desobediência civil pacífica, pregando boicote a todo tipo de interesses da metrópole a fim de enfraquecê-la. Gandhi defendia um desenvolvimento econômico das forças internas do país, sem se alinhar a interesses do capital estrangeiro. Defendia a agricultura como meio de dar sustento, emprego e desenvolver a economia para as áreas mais pobres, e obtinha um forte apoio das massas camponesas. Nehru tornou-se primeiro ministro, acreditava na democracia liberal do mundo ocidental, mas mantinha fortes reservas quanto a filosofia de livre mercado e globalização do capital, frutos da experiência colonial.

Logo após a independência, a indústria indiana encontrava-se enfraquecida e sem condições de competir com as indústrias do Primeiro Mundo, situação que fortaleceu o argumento protecionista que o governo passaria a adotar. O cerceamento sobre bens de consumo estrangeiros tornou-se necessário também para limitar a demanda e incentivar a poupança interna. As restrições aos capitais estrangeiros visavam restringir a formação de monopólios e oligopólios, principalmente nos setores estratégicos da economia (BHATTACHARYA, 2003 ).

As barreiras tarifárias sobre importações elevaram-se gradativamente com o tempo. A intenção era minimizar a dependência econômica de bens importados e do capital externo. Esse último só era realmente bem aceito nos casos de investimentos em bens de capital. Para bens de consumo, os investimentos limitavam-se por meio de licenciamentos. Foi durante o governo da senhora Gandhi na década de 1970, que tais atitudes se tornaram ainda mais rigorosas, com o quase desaparecimento de importações devido às altas taxas tarifárias, com a nacionalização de minas, de refinarias de petróleo e outras atividades econômicas estratégicas para o crescimento econômico auto-sustentado. Os problemas econômicos de curto prazo pareciam orientar as políticas de longo prazo, e quando a economia deveria ser desregulamentada para aproveitar as condições internacionais favoráveis de investimento, como na década de 1960, ocorreu o contrário (CRUZ, 2005). O governo indiano, durante a Guerra Fria, não se alinhou nem aos Estados Unidos e nem à antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mas via com bons olhos algumas das políticas econômicas e sociais adotadas pelo bloco socialista, dentre elas, o método planejado de desenvolvimento. E assim foi durante anos, estimulando o desenvolvimento de atividades selecionadas, por meio de abertura de linhas de crédito e de subsídios, realizando investimentos em obras de infra-estrutura, implantando setores industriais novos mediante a abertura de empresas públicas. O governo buscou coordenar essas iniciativas como partes de um projeto coerente de transformação socioeconômica de grande envergadura, e tudo isso de uma forma muito peculiar. Portanto, pode-se observar cinco grandes nortes que o governo indiano buscou, de forma mais atuante, até 1990: 1) prioridade absoluta à indústria pesada; 2) defesa da pequena produção artesanal como forma de ampliar a oferta de empregos; 3) planejamento; 4) controle estatal de setores-chave, e 5) espaço restrito de atuação para o capital estrangeiro. Essas orientações políticas estavam profundamente ligadas à herança deixada pelo Império Britânico, o “Legado das Índias Orientais” (BHATTACHARYA, 2003).

O primeiro norte, prioridade à indústria pesada, orientou para o auto-sustento econômico do país no longo prazo, buscou bases nacionais que permitiriam o desenvolvimento. A ênfase dos planos deu-se no setor de bens de produção. A defesa da pequena empresa e da produção artesanal é o segundo norte. Mesmo ainda hoje, a maior parte dos empregos industriais gerados na economia indiana deriva das pequenas empresas e das

atividades artesanais, e que grande parte das exportações de produtos não-agrícolas provém dessas produções. Para Gandhi, o sistema industrial fabril tinha efeitos negativos, “alimentava os impulsos aquisitivos, transformava o lucro em objetivo soberano, medida exclusiva de valor nas relações humanas, corroía, ao fazer isso, os laços que davam unidade ao corpo social. Em um país como a Índia, onde a maioria esmagadora da população vivia de seu trabalho agrícola e artesanal, a máquina destruía os modos tradicionais de produzir e espalhava a miséria” (CRUZ, 2005). Mesmo recentemente, o apoio à pequena indústria continuou na agenda da política estatal. Nos diversos planos colocados em prática foram estabelecidas salvaguardas contra a excessiva concorrência das grandes empresas, reservas de esferas de produção às indústrias locais. Foi atribuído a elas um papel importante na contenção das pressões inflacionárias e na geração de empregos por serem atividades intensivas em trabalho. As críticas quanto às distorções geradas por essas políticas protecionistas foram inúmeras. As autoridades políticas sabiam dos possíveis prejuízos microeconômicos causados, mas concluíram que os custos econômicos e sociais de uma tentativa de corrigir essas distorções do mercado nacional via “laissez-faire” seriam muito maior que os benefícios dele derivados.

O terceiro quesito, planejamento do Estado indiano, revelou a centralidade permitida, ao governo, pelo aparelho criado para coordenar tais planos. Em 1950 foi criado um órgão para formular planos, buscar recursos para executá-los, avaliar avanços, identificar problemas e propor soluções. Esse órgão era a Comissão de Planejamento, formada por um corpo técnico altamente qualificado e apoiada numa estrutura organizacional complexa. Foi o núcleo duro do aparelho econômico indiano. Um aspecto importante foi o regime político liberal-democrático no qual se deram os planejamentos, pois a combinação de planejamento e democracia política foi algo praticamente único no mundo, considerando o grau e a abrangência dos planos.

O controle estatal de setores-chave e estratégicos ilustra bem como se deu o processo no qual o tamanho e o poder do Estado indiano alcançaram um nível enorme nos anos seguintes a independência. Como já explicitado, o governo, por meio de suas empresas públicas, tendeu a desempenhar um papel central para o desenvolvimento de variados setores da economia. Ao mesmo tempo, favoreceu e protegeu as pequenas indústrias, fontes geradoras de renda e de emprego, assim como controlou o acesso do capital estrangeiro para muitos tipos de investimentos. Um Estado forte e ativo era para os nacionalistas necessário para a

industrialização do país, e fazia parte de um projeto desenvolvimentista no qual as empresas públicas possuíam razões estratégicas de atuação. O Estado não visava apenas substituir o empresariado privado carente de recursos para investimentos, mas sim criar as bases econômicas necessárias para um crescimento de longo prazo. Possuía também a responsabilidade das reformas sociais e econômicas necessárias para o país crescer, e isto se traduziu em planejamento. Contudo, houve muita discordância a respeito de como e até que ponto o Estado deveria realizar esses investimentos pesados, implementando novos setores e protegendo a indústria local. Para alguns, o governo atuaria apenas inicialmente, repassando, posteriormente, ao capital privado tais empresas e ramos. Para outros, o desenvolvimento puxado essencialmente pelo capital privado resultaria no sério problema de justiça distributiva, concentrando riqueza nas mãos de poucos. Mas para os dirigentes do Estado indiano, a convivência entre o setor público e as empresas privadas seria algo duradouro na economia, porém pregando um crescimento em maior nível para as empresas estatais (CRUZ, 2005).

Exemplo disso foi a característica democrático-socialista predominante no governo no período pós-independência. Uma resolução do Comitê do Partido Congresso, estabelecida em 1947, se comprometia a estruturar a produção da economia num nível máximo, assegurando a ausência de monopólios privados e concentração de riqueza.

O quinto norte restringiu o espaço do capital estrangeiro. Tradicionalmente, o fluxo de investimento externo para a Índia foi, e continua a ser, quando comparado com outros países em desenvolvimento, muito reduzido mesmo após as reformas liberalizantes de 1990. Mas para tentar entender melhor a relação entre capital estrangeiro e capital nacional é necessário levar em consideração dois traços marcantes do período pré-independência:

1) A administração colonial favoreceu muito o crescimento de empresas nativas, seja por meio de proteções tarifárias, seja por meio de concessões para exploração de minas e usinas elétricas, seja por meio de subsídios, entre outros. Contudo esse empresariado mantinha uma base própria de recursos econômicos, não mantendo assim uma relação com o capital britânico. Para muitos defensores do desenvolvimento nacionalista, o crescimento e desenvolvimento econômico só seriam possíveis se o processo de industrialização fosse iniciado e levado adiante por capital nacional. Apesar de, para alguns, esse argumento ser controverso, de fato sempre houve críticas quanto ao capital estrangeiro.

2) O sistema de agenciamento que marcou a organização empresarial da Índia colonial. Nesse modelo, investidores ingleses e indianos contratavam uma agência de administração que ficaria responsável por gerir o empreendimento. Na prática quem exercia controle real sobre o empreendimento era a empresa gerenciadora e não o quadro dirigente da companhia. Portanto, mesmo possuindo parte do seu capital investidor de origem inglesa, as empresas detinham um forte vínculo com o capital nacional. Os contratos de agenciamento feitos para organizar as empresas eram, geralmente, de longo prazo, o que afastava e inibia elos do proprietário com seu investimento, uma vez que dado o caráter predominantemente financeiro das empresas no período colonial, o importante era a busca do lucro (BHATTACHARYA, 2003).

Logo no momento pós-independência, os líderes e empreendedores indianos já preparavam um audaz plano de desenvolvimento para implementação de novos setores e fortalecimento dos já existentes, e de forma alguma pensavam estes espaços para o capital estrangeiro. Não se tratava de hostilizar esse tipo de capital, mas de acordo com a Política Industrial de 1948, o imperativo era controlar os acessos desses capitais e orientá-lo de acordo com os interesses nacionais, assegurando controle majoritário das empresas para o capital indiano. Em 1956 uma nova Resolução de Política Industrial garantia os principais setores da atividade econômica ao Estado, com o objetivo claro de preparar o país para uma transição socialista.

Até o ano de 1990 foram sete os planos de desenvolvimento, colocando a Índia como país com a experiência da história neste quesito. Visando assegurar acesso a novas tecnologias e assegurar divisas, o governo passou a estimular a formação de *joint ventures* entre grupos estrangeiros e grupos nacionais. Já em 1961 especificou uma série de setores e atividades nas quais o capital estrangeiro era bem-vindo. Nesta lista estavam inclusos diversos dos campos até então reservados apenas ao Estado, por serem atividades de alta rentabilidade. Mesmo sendo este um acesso controlado a novos campos de investimento, a presença de indústrias multinacionais cresceu a partir de então. Contudo, no fim da década de 1960 a política governamental mudou novamente, tornando a Índia um dos países mais restritos a investimentos externos fora do bloco socialista, tendo nas três leis a seguir os pontos mais importantes deste revés: 1) Lei do Monopólio e das Práticas Comerciais Restritivas – propostas de extensão de capacidade produtiva e novos investimentos deveriam sofrer aprovação de uma

comissão de estudo formada pelo governo, mas o capital nacional sempre possuía vantagens sobre o capital estrangeiro; 2) Lei das Patentes – abolia patentes de produtos em diversos setores e diminuía o prazo de validade de produtos de empresas multinacionais, e 3) Lei de Regulação Cambial – estabelecia um teto de 40% de participação acionária estrangeira para empresas locais. Exatamente por este motivo a IBM e a Coca Cola encerraram suas atividades no país (CRUZ, 2005).

As propostas do governo incluíam empreendimentos em setores-chave e de utilidade pública, assim como em setores monopolistas por natureza, que passariam a serem controlados pelo poder público. Bancos e empresas de seguros também seriam nacionalizados, já em 1969 o Estado detinha poder sobre os quatorze maiores bancos da Índia, e o que restasse do setor privado industrial passaria a sofrer regulações visando o desenvolvimento nacional. No entanto, o governo deu garantias ao capital privado para que permanecesse no país.

As diversas Resoluções de Política Industrial promovidas pelo governo tinham por meta reservar e distribuir espaços produtivos entre o governo, o capital nacional e o capital estrangeiro. Estabeleciam setores nos quais cada um teria acesso a investimentos e suas metas reguladas. Com os anos e as diversas resoluções, as restrições e permissões de acesso foram se alterando, atribuindo cada vez mais ao Estado o papel dominante de investidor na economia. Com esta posição, a meta do Estado seria buscar uma sociedade mais igualitária na distribuição das riquezas e um “padrão socialista de sociedade”. Caminhando junto a este processo, ocorriam ciclos de nacionalização de empresas de seguros de vida e de bancos. Tais políticas tiveram fortes impactos nos setores empresariais indiano, impulsionando diversos investimentos devido a nova política creditícia que viria a surgir. A nacionalização dos bancos atribuiu ao Estado o controle quase completo sobre os financiamentos e investimentos de longo prazo na Índia, estreitando os laços entre este e o capital privado, pois além da participação creditícia, o governo também influenciava a direção das maiores empresas do país devido ao seu grande poder financeiro.

Com os seguintes números temos uma idéia do grau de dominância das empresas públicas e os diversos setores onde atuam.

**Tabela 1 - Empresas públicas e privadas na Índia**

Ano	Número de Empresas (%)		Capital de Risco (%)	
	Setor Público	Setor Privado	Setor Público	Setor Privado
1960-61	0,5	99,4	30,1	69,9
1970-71	1,0	99,0	45,8	54,2
1980-81	1,3	98,7	69,9	30,0
1990-91	0,5	99,5	71,6	28,4

Fonte: CRUZ (2007, página 166).

A economia hindu, no entanto, apesar de todo esse complexo institucional, apresentou baixas taxas de crescimento, numa média observada inferior a 3,5% ao ano entre 1950 e 1979, elevando-se apenas a partir da década de 1980. Contudo, os defensores do sistema adotado pelo governo alegavam que comparando com os outros países em desenvolvimento, e em especial com a América Latina, a Índia nunca apresentou taxas negativas de crescimento. Os controles sobre os fluxos de capitais e sobre o comércio exterior evitaram a chamada “armadilha da dívida externa”, e mesmo na “década perdida” (1980) a Índia obteve um impulso econômico singular.

**Tabela 2. Contribuição de empresas públicas para a produção de segmentos selecionados**

<b>Item</b>	<b>Participação percentual do setor público</b>
Indústria alimentícia	
Panificação	65
Química e produtos químicos	
Acetamida	100
Anilina	100
Metanol	100
Fertilizantes	
Intrate	100
Nitrosfato	100
Nitrogênio	42
Fosfático	29
Farmacêutico	
Penicilina	52
Sulfamida	100
Vitamina B1	100
Vitamina B2	100
Analgésicos e Sedativos	100
Máquinas não elétricas	
Máquinas Ferramentas	56
Tratores de esteria e para construção	95
Equipamentos elétricos e maquinaria	
Cabos de telefone	100
Telefones	100
Comércio exterior	
Importação	76
Exportação	36
Bancos e seguros	
Bancos (depósitos)	92
Seguro de vida	100
Seguros em geral	100

Fonte: CRUZ (2007, página 167).

## **1.2 A ruptura do padrão de desenvolvimento e as reformas**

No início da década de 1990, num contexto de crise no balanço de pagamentos e fim da Guerra Fria, ocorreu uma virada na política econômica do país, baseada em reformas liberalizantes e abertura externa. O ponto crucial que culminou nas necessidades dessas reformas foi à política fiscal expansionista adotada pelo governo. Para reproduzir aumentos constantes nas taxas de crescimento da economia, o governo sustentou elevados déficits fiscais, que chegaram a 8% do PIB no fim da década de 1980. E para financiar esses déficits crescentes, fez-se necessário aumentar a dívida pública, pagando taxas de juros cada vez mais

altas. O resultado desta política refletiu-se também nos preços, causando inflação, que até o início dos anos 80 era aceitável e controlada. Para piorar a situação, no cenário do comércio exterior, a dinâmica econômica crescente implicava maiores necessidades por produtos importados, como por exemplo, o petróleo, o que obrigava o país a dispor de suas reservas para atender a demanda. A inflação num regime de câmbio fixo, como o adotado pela Índia, favorecia a importação fazendo a dívida externa quase duplicar entre 1985 e 1991 (SEM, 2006).

Com as eleições gerais de 1989, o Parlamento teve seu poder dividido e colocou o governo nas mãos de um partido político pequeno e sem apoio de bases sólidas para governar. Houve desconfiança dos investidores externos, causando fugas de investimentos e deixando a Índia às portas da moratória. A fim de evitar o aprofundamento da crise, o novo governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e se comprometeu a elaborar uma série de reformas a ajustes liberais em troca de ajuda financeira. O famoso pacote que incluía aperto fiscal, no qual o gasto social foi o mais afetado, desvalorização da moeda e política monetária restritiva refletiu-se em pouco tempo em superávits comerciais, recuperação das reservas e também num breve período de queda nas atividades industriais. Houve ainda redução de tarifas aduaneiras e novos moldes no regime regulatório do comércio exterior. Concomitante a tais ajustes, o governo lançou uma série de medidas, que condicionaram uma nova estratégia de desenvolvimento para o país.

Tais reformas romperam com a política desenvolvimentista anterior, que era baseada em rápido crescimento industrial e agrícola, autonomia econômica, e redução da pobreza e das desigualdades na distribuição da riqueza. Para tanto, as reservas de mercado e setores industriais, antes de exclusividade do Estado ou capital nacional, reduziram-se de forma acentuada. A liberalização da lei antitruste de modo a incentivar a expansão e a diversificação de empresas, já atuantes, para outros setores. A importação de tecnologia e os investimentos externos, que antes sofriam fortes controles do governo, também foram liberalizados, assim como o sistema financeiro. O sistema tributário foi racionalizado. Nas palavras de Monmohan Singh o programa tinha por objetivo:

“A força do processo de reforma estaria em aumentar a eficiência e competitividade internacional da produção industrial, em utilizar para esse fim investimento e tecnologia estrangeiros em

muito maior medida que no passado para aumentar a produtividade do investimento, em assegurar que o setor financeiro da Índia fosse rapidamente modernizado, e em melhorar o desempenho do setor público, de modo que os setores-chave de nossa economia fossem capacitados a atingir uma vantagem tecnológica e competitiva adequada numa economia global em rápida transformação” (CRUZ, 2007).

A adoção desta nova política econômica, em resposta à crise enfrentada pelo país, só pode ser entendida, segundo Cruz (2007), pela associação de dois fatos a seguir: 1) a prévia existência de críticas econômicas dos planos de desenvolvimento baseados em Nehru. Muitos não acreditavam que os planos atingiriam seus objetivos ou que a planificação da economia fosse a melhor via de desenvolvimento; 2) a convergência entre estes críticos e as transformações no plano internacional naquele momento, das quais destacam-se três: o fim da Guerra Fria e conseqüente mudança geopolítica no mundo, descrença nas teorias keynesianas e ascensão de idéias liberais e a reformulação das bases normativas do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) na Rodada do Uruguai.

As influências das “remessas sociais” também tiveram grandes repercussões para a reformulação das políticas indianas. Por “remessas sociais” entende-se a difusão de novas idéias e culturas que os indianos fora do território nacional passaram para a sociedade hindu, e em especial para as elites. Isso quebrou um esquema que as instituições indianas mantinham ao agirem como “filtros” de idéias, regulando o acesso de burocratas internacionais, acadêmicos e outros intelectuais aos campos decisórios. Em diversos países os tecnocratas desempenharam papéis importantes nas reformas econômicas, e na Índia não foi diferente. A grande particularidade foi que as reformas adotadas se adequavam à realidade nacional, as experiências políticas e econômicas do país. A estrutura institucional da Índia, baseada em forte burocracia e sistema parlamentar, requeria que o tecnocrata que retornava ao país teria de passar algum tempo como consultor antes de assumir papéis de decisão. Isso criou confiança, e também lhes deu uma melhor percepção das nuances políticas cruciais para a adoção e implementação de mudanças (CRUZ, 2007). Hoje, assim como na década de 1950, os economistas e acadêmicos indianos de destaque, são referências nos debates sobre experiências desenvolvimentistas.

No âmbito das reformas, e o que as influenciou, vale destacar a política nas relações internacionais mantida pela Índia num breve retrospecto histórico. A Índia foi a fundadora e

principal pilar de sustentação do movimento dos Países Não-Alinhados, buscando sempre sua autonomia internacional durante a Guerra Fria. Essa posição, por diversas vezes, teve seus custos políticos e financeiros, quando relacionado com as principais potências. Após a aproximação dos EUA com o Paquistão, na década de 1960, a Índia firmou uma aliança estratégica com a antiga URSS no início de 1970. Com a queda do muro de Berlim e da URSS, e, conseqüentemente, com o fim da Guerra Fria, o país perdeu seu sustentáculo político, financeiro e militar. Perdeu também todo o sentido em manter um movimento de não-alinhamento, uma vez que não havia mais competição entre os blocos socialista e o capitalista. A fim de se enquadrar no novo contexto geopolítico, e mesmo para preservar sua integridade territorial, o Índia viu-se obrigada a reformular sua posição internacional o que se refletiu em uma aproximação com o EUA, principalmente quanto a sua política econômica, que se baseava em globalização comercial e financeira, diminuição da atuação do Estado na economia, remoção de entraves para a circulação de bens, serviços e capitais. Enfim, refletiu-se na adoção de políticas liberalizantes.

A questão do comércio internacional e a posição da Índia, junto ao Brasil, de defender os interesses dos países em desenvolvimento e de não acatar as propostas norte-americanas para o comércio mundial também foi enfraquecida. A partir de 1984 os EUA iniciaram uma política de “unilateralismo agressivo” para forçar outros países a aceitarem sua posição durante as rodadas de negociações do Gatt. Em 1989, os americanos conseguem romper o elo entre Brasil e Índia, enfraquecendo a oposição à adoção de novas medidas para o comércio internacional que eram pretendidas por eles. Tais medidas acabavam com a diferenciação entre países ricos, países pobres e em desenvolvimento. Isso dificultava a implementação de políticas internas de fomento (proteções comerciais, subsídios, incentivos a investimentos) e forçava a Índia a redefinir sua estratégia de desenvolvimento.

Tão importante quanto a crise externa para entender o momento das reformas indianas é o processo que levou as bases de sustentação do antigo modelo de política adotada ao seu fim. Com certo peso nesta relação, o malogro na obtenção de metas estabelecidas pelo planejamento, pois trinta anos depois do primeiro ensaio do plano desenvolvimentista as metas de rápido crescimento econômico, redução das desigualdades e da pobreza, geração de empregos em massa e a autonomia estavam muito abaixo das expectativas. A Índia possuía, no

final da década de 1980, um dos piores indicadores sociais do mundo. Fizeram-se necessárias mudanças.

Vale descrever alguns dos fatos fracassados e que eram base dos planos desenvolvimentistas hindu. O projeto de transformação agrária original apontava tal atividade como um dos pontos cruciais para o desenvolvimento industrial, para a geração de renda e alimentos baratos para a população crescente do país. Estas metas seriam alcançadas com ganhos de produtividade derivados da mudança nas relações de propriedade e da reorganização da estrutura agrária centrada no estabelecimento de “módulos rurais”, na disseminação de cooperativas e na edificação de um sistema público de comercialização de gêneros alimentícios com preços controlados. Apesar de não ter desempenhado o papel econômico que lhe foi concebido, de criar uma conexão entre o setor industrial moderno e o interior rural, distribuindo renda e garantindo alimentos para a população e sustentando o crescimento industrial, devem ser ressaltados os resultados políticos e sociais, e não apenas os econômicos. Com isso, o surgimento de um poder corporativo de muito força e influência, formado por camadas de agricultores prósperos e com apoio de camponeses médios e pobres. Esse poder passou a constranger significativamente a atuação dos gestores da política pública. Associado a isso ainda houve a progressiva debilitação do Partido do Congresso e uma tendência de desconcentração do sistema partidário indiano, com maior expressão e apoio popular para outros partidos políticos de oposição.

### **1.3 O processo indiano de reformas**

O processo indiano de reformas possui muito em comum com os diversos planos adotados por outros países pelo mundo. A agenda liberal inclui privatizações, liberalização financeira, abertura comercial, reformas trabalhistas, desregulamentação etc. Foi posta em prática com o mesmo discurso já conhecido, o de corrigir as distorções do mercado e assegurar eficiência na alocação de recursos para obter um crescimento econômico forte e saudável. No entanto, o caso indiano teve muitas particularidades, e o pragmatismo na aplicação das reformas é a maior delas. Essa forma escalonada de pôr em prática as reformas teve por meta minimizar os riscos de retrocessos e diluir no tempo os custos causados por tais mudanças, assim como formar um consenso, ou uma certeza, nos rumos a serem seguidos. Sabiam que as reformas eram necessárias, mas não poderiam garantir qual o melhor modo de implementá-las.

O comércio exterior representa, talvez, o melhor exemplo para ilustrar o pragmatismo dos gestores indianos quanto às reformas. A abertura comercial promovida no início dos anos de 1990 mediante aplicação de pacotes que incluíam a quebra do monopólio estatal de importação em 55 produtos, redução das alíquotas aduaneiras e a drástica contração no número de bens de importação sujeitos a restrições quantitativas. Assim, entre 1990-91 e 1997-98, a tarifa máxima caiu de 355% a 45% e em 2001 só restavam quatro grandes categorias tarifárias: 35%, 25%, 15% e 5% (SRINIVASAN, 2002). A abolição quase completa das barreiras não-tarifárias para matérias-primas industriais, insumos e componentes e bens de capital, ocorreram logo nos primeiros dois anos, afetando 93% dos bens comercializáveis no período anterior à reforma (AHLUWALIA, 2002). Ainda assim a Índia apresentava índices elevados de proteção tarifária em comparação a outros países, e apesar disso, em 1997 encerrou-se a tendência de queda das alíquotas, dando lugar a uma leve elevação de tarifas. Tais fatos colocam a Índia entre os países com maior proteção tarifária no mundo, e os principais avanços para queda de barreiras foram conseguidos mediante pressão da Organização Mundial do Comércio (OMC). Claramente este foi um processo pragmático de impor as reformas, sempre com muita flexibilidade, disposição de mudar de rumo, evitando fórmulas preestabelecidas.

No quesito liberalização financeira, o primeiro passo foi a liberalização gradual da taxa de juros, antes estritamente controlada pelas autoridades monetárias. As exigências para os bancos aplicarem em papéis do governo foram reduzidas. As recomendações do Comitê da Basileia foram seguidas de perto para modernizar e fortalecer os dispositivos de regulação e supervisão das práticas bancárias. As barreiras para operações de crédito de instituições não-bancárias foram removidas e a concessão de licenças a bancos privados, nacionais e estrangeiros aumentaram a fim de estimular a concorrência no setor. Entretanto, o total de créditos compulsoriamente voltados aos setores prioritários foi mantido (40%), e não foi privatizado nenhum banco estatal até os dez primeiros anos da reforma, controlando 80% dos ativos dos bancos comerciais (HERR, 2006).

Para os investimentos estrangeiros diretos, muitas barreiras foram quebradas. Abandonou-se a política de exigir contrapartida de transferências de tecnologias e desempenho exportador em projetos de associação de empresas estrangeiras com empresas indianas. Para muitos setores industriais o teto de participação acionária foi elevado para 51%, e em alguns

casos para 100%. O setor de infra-estrutura teve seu monopólio público removido (em áreas, por exemplo, de tecnologia, investimentos produtivos, geração de energia elétrica, telecomunicações). O governo buscou investimentos externos diretos nestas áreas e reabriu o setor de serviços para esses capitais. Contudo, sempre houve a distinção entre investimento financeiro de curto prazo e investimento produtivo, devido ao efeito potencialmente desestabilizador dos primeiros. Um grupo de estudo formado pelo Banco Central da Índia analisou a viabilidade de liberalizar a conta de capital, e o resultado final foi o seguinte:

A seqüência proposta era primeiro liberalizar o investimento estrangeiro direto, por ser mais auto-regulado.... o relatório era enfático em que os fluxos de curto prazo não deveriam ser liberalizados até que o déficit fiscal fosse controlado e o sistema bancário tornado muito mais forte (RESERVE BANK OF INDIA 2006).

A pequena indústria, como sugerido, era uma das bases dos planos de desenvolvimento indiano, fazendo parte da ideologia que inspirou a luta nacional pela independência. Muito foi feito para proteger as indústrias de pequena escala, como a formação de um ministério exclusivo para esta causa. Foram estabelecidas políticas variadas de incentivo nos planos, e implementada uma política de reserva de mercado, o que na visão liberal era extremamente perturbador. Entre 1967 e 1989 o número de produtos que obtinha reservas passou de 47 para 836. Muito lentamente, mesmo após as reformas, em 2004 ainda restava uma lista com 605 itens com produção exclusiva (CRUZ, 2007).

“Naturalmente - bem versados em teoria econômica que são – reconhecem os prejuízos em termos de eficiência microeconômica que ele envolve. Mas reconhecem também que o mundo é mais complexo do que a representação idealizada dos manuais. E concluem corretamente, que os custos econômicos da tentativa de “corrigir essa distorção do mercado” seria muito maior que os benefícios dela deriváveis.” (CRUZ, 2007).

O gigantismo do setor empresarial do Estado é outra peculiaridade indiana. Criadas para gerar dinamismo econômico e estruturar as bases produtivas rumo ao crescimento, as empresas públicas passaram a depender constantemente dos cofres públicos. A lógica para a criação destas empresas era que elas gerassem lucros suficientes para reproduzir e gerar novos investimentos na economia, fato que não se verificou. Uma solução para o caso, muito difundida internacionalmente, foi aderir ao modelo de “contrato de gestão”, no qual as empresas públicas passariam a atuar como empresas privadas por possuir ampla autonomia de

gestão e com metas pré-estabelecidas. Contudo, o poder público ainda exercia influência demais nas decisões das empresas, seja através de pessoas ligadas ao governo seja através de regulamentações constitucionais.

Na década de 1990, porém, a reforma do aparato estatal deparou-se com o lema das privatizações. E assim seguiu-se de forma gradativa, como esperado, mas de modo diferenciado, pois adotou uma política de “desinvestimento”, na qual a venda de participações, sem transferência de controle sobre as empresas. E ocorreram não só devido a busca pela eficiência das empresas, mas pelo tom de moralidade que ganhou muita força na época. Em 1995, o montante de compradores potenciais aumentou devido à mudanças nos procedimentos, que agora permitia a venda de ações nos mercados internacionais em troca de recibos de depósitos globais de ações. O novo modelo de privatização rendeu menos de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) nos primeiros cinco anos de vigência. Apenas em 1998, com um novo governo formado pela Aliança Nacional Democrática, partido nacionalista hindu, foi que o tema privatização ganhou força. A formação de um Ministério de Desinvestimento ampliou o quadro de empresas a serem transferidas para o capital privado, e tornou-se um dos eixos da política governamental. Em muitos casos, este processo deu-se de forma lenta como, por exemplo, o governo cedia parte do controle acionário de uma empresa ao setor privado, prometendo, mais adiante, ceder a outra parte do controle que lhe restava. Nesse quesito a oposição não foi pequena. Vários grupos, apoiados por sindicatos, partidos de cunho socialista e boa parte da opinião pública estavam reticentes quanto a transferir setores-chave da economia para grupos privados.

Foi, portanto, esta somatória de acontecimentos que levou a Índia, no início da década de 1990, a promover uma ampla reforma liberalizante em vários setores da economia, de modo a se adequar à nova realidade política e econômica internacional. Buscou-se uma nova orientação política para promover um cenário de alto crescimento econômico de forma sustentável, e para solucionar os problemas do período anterior. Com esta gama de fatos históricos, percebe-se a real importância que o Estado teve na evolução da economia indiana, sempre atuando de forma muito pragmática, analisando os resultados de cada uma de suas possíveis ações, dadas as experiências próprias do país e da sociedade.

## 2 - 2.1 A problemática da arrecadação

Embora tenha conquistado sua independência, há pouco mais de meio século, a Índia construiu uma das mais estáveis e sólidas composições federativas do mundo. Os Estados gozam de considerável autonomia para instituir suas leis e conduzir suas políticas, o que confere pluralidade e, ao mesmo tempo, discrepâncias inter-regionais. A tendência de descentralização tem se fortalecido ao longo dos anos, promovendo uma autonomia tributária cada vez maior para os Estados. Em 2004, a somatória dos tributos recolhidos pelos Estados foi de 39% do total arrecadado, enquanto que seus gastos somaram 56,7% de todas as despesas do setor público. Isso demonstra a importância das transferências da administração central para as instâncias locais (Cysne, 2008).

O recente apelo por disciplina fiscal se justifica com base na averiguação de que muitos Estados acabam recorrendo a empréstimos, inclusive para financiar os gastos correntes (FMI, 2005c). Os incentivos para os Estados contraírem empréstimos para com o governo central são grandes. As taxas de juros são as mesmas para todos os Estados, independente de sua situação fiscal. Portanto, em geral, os Estados mais pobres são os mais indisciplinados.

Foi exatamente a falta de rigor fiscal dos governos estaduais que fez com que eles assumissem um papel de importância no déficit público indiano. E na tentativa de conter o esse déficit, o governo central estabeleceu novas políticas com o fim de imprimir maior disciplina aos gastos públicos. A mais importante delas foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Embora devido ao alto grau de independência dos Estados, cada ente federal deve regulamentar sua própria legislação. A legislação adotada em muitos Estados ao longo do início da década de 2000, permite que a dívida absoluta cresça, desde que as receitas absolutas também cresçam, ou seja, para os Estados já endividados este tipo de LRF não contribui para redução do grau de endividamento.

Além de toda a burocracia e resistências dos Estados para adotarem regras que visem diminuir o déficit público, a arrecadação tributária é um importante meio de financiamento dos gastos públicos. Na Tabela 3 observa-se uma tendência de manutenção da carga tributária como percentual do PIB, o que em face do alto crescimento econômico indiano implica em aumento real da arrecadação. O que se alterou ao longo dos últimos 15 anos foi a participação de cada um dos impostos. O imposto indireto diminuiu sua participação na arrecadação

enquanto que o imposto direto, com destaque para o imposto de renda corporativo, teve aumento.

**Tabela 3 – Fontes de receita tributária do governo central (em % do PIB)**

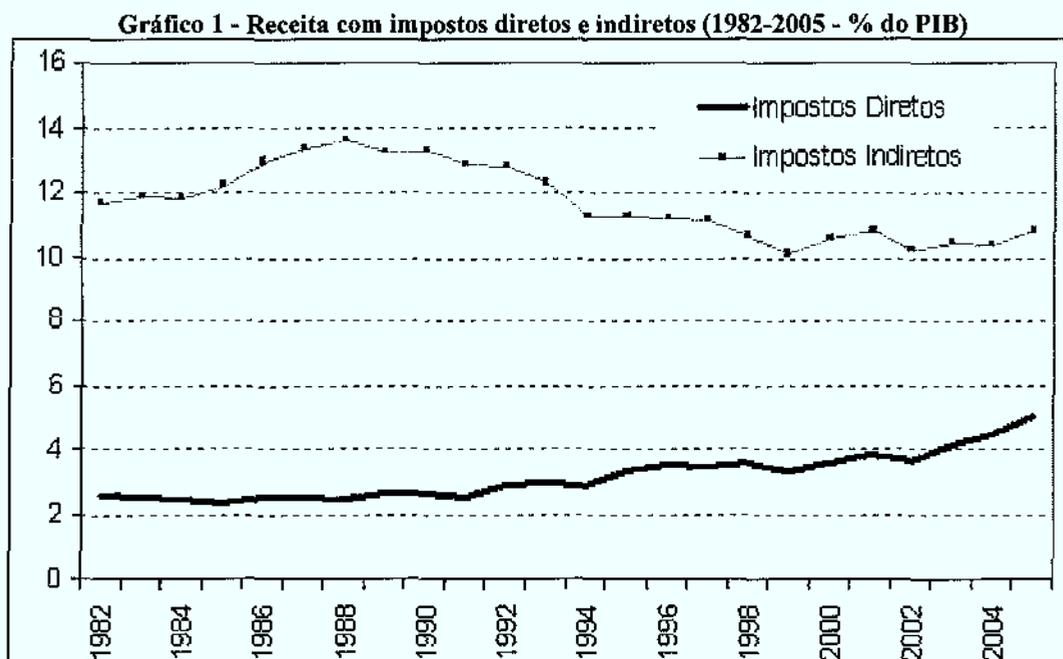
Fonte	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Impostos diretos	1,9	2,8	3,2	3	3,4	3,8	5
Imposto de renda pessoal	0,9	1,3	1,5	1,4	1,5	1,5	1,9
Imposto de renda corporativo	0,9	1,4	1,7	1,6	1,9	2,3	3,1
Impostos indiretos	7,9	6,5	5,6	5,1	5,4	5,3	5,4
Impostos alfandegários	3,6	3	2,3	1,8	1,8	1,8	1,5
Impostos seletivos	4,3	3,4	3,3	3,2	3,4	3,3	3,4
Impostos sobre serviços	0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,5
Total	10,1	9,4	8,9	8,2	8,8	9,2	10,5

Fonte: Ministério de Finanças da Índia, *apud* (Cysne, 2008).

O governo central é responsável pela arrecadação de tributos sobre a renda, a propriedade, o comércio exterior e sobre o comércio de determinados produtos e em determinados fluxos. Cabe aos governos locais complementarem a arrecadação sobre o consumo, sendo essa a sua principal fonte de receita. A arrecadação dos Estados é responsável por aproximadamente 40% de toda arrecadação indiana. (RESERVE BANK OF INDIA, 2006). Ao longo dos últimos anos, a Índia ampliou sua arrecadação como proporção do PIB, alavancada sobretudo pelo aumento da tributação direta. No entanto, o sistema de arrecadação indiano é um dos mais complexos do mundo. A necessidade de simplificar esse sistema constitui um dos motivos que fomentaram as reformas do sistema de tributos indiretos. Tal imposto expõe as empresas do país à tributação em cascata, prejudicando sua competitividade. As reformas tendem a racionalizar o sistema de arrecadação, e uma das formas encontradas para essa racionalização é a aplicação de Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Houve também mudança na legislação do imposto de renda. A tributação sobre pessoas físicas teve suas faixas de isenção alteradas e uma estrutura de alíquotas diferenciadas. O objetivo foi expandir a base tributária, simplificar a arrecadação e, em contrapartida, reduzir as alíquotas. A alíquota máxima, por exemplo, caiu de 35% para 30% da renda pessoal. As mudanças na tributação sobre pessoas jurídicas também visaram o aumento da arrecadação. O governo negociou a extinção de parte de subsídios a investimentos em troca de redução nas alíquotas de imposto de renda. As alíquotas máximas foram reduzidas de 40% para 35% para empresas estrangeiras e de 35% para 30% para empresas domésticas (FMI, 2006).

As políticas de aumento das receitas têm sido mais notórias que as políticas de cortes de gastos desde o ano 2000. O objetivo é melhorar a arrecadação do país, simplificando o sistema de tributos, tendo em vista também diminuir a sonegação e a formalização do emprego (Cysne, 2008). O Gráfico 1 evidencia a variação na composição da arrecadação dos impostos diretos e indiretos nos anos recentes.



Fonte: Reserve Bank of India, *apud* Cysne, 2008 (pág 189).

Segundo o relatório da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a partir da década de 1990, o setor responsável por grande parte do volume de empregos criados na economia indiana foi o das pequenas empresas (OCDE, 2007). Para as grandes empresas privadas é muito custoso contratar e demitir um funcionário, o que as faz optar, na maioria das vezes, por investir em novas técnicas e em novos métodos de produção para aumentar a produtividade por funcionário. Embora essa visão seja discutível, a pesquisa mostra que o alto grau de protecionismo do trabalhador adotado pelo governo indiano faz com que haja o aumento do emprego informal em detrimento do emprego formal. Tal fato impacta diretamente na arrecadação do Estado. Além de que no emprego informal, por contar com métodos de baixo grau tecnológico, a produtividade é menor que no emprego formal, não possuem acesso aos créditos institucionais, dificuldades com o marketing do produto e com acesso limitado a matérias-primas.

Ao longo do período 2000-05, foram criados 11,3 milhões de empregos líquidos por ano na Índia, enquanto que na China, por exemplo, foram criados 7 milhões de empregos, sendo contabilizados apenas dados das áreas urbanas. Segundo IEDI (2007) (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), a elasticidade do emprego em relação ao crescimento econômico da Índia é de 0,3, portanto, baixa. Isso quer dizer que o crescimento econômico deve ser acelerado e contínuo para absorver o número elevado de jovens que chegarão ao mercado nos próximos anos. É exatamente o aumento do emprego formal uma das formas de o governo aumentar a arrecadação. Através da redução do grau de informalidade o governo pretende reduzir ainda o déficit público sem alterar os gastos com investimentos, subsídios, créditos, políticas setoriais e sociais. No entanto, a realidade na Índia é outra. A Tabela 4 apresenta os dados fornecidos pelo IEDI (2007) de que o emprego informal representava 86% do total do emprego em 2004-05 apenas um ponto percentual a menos do que o de 1992-93. Apenas 6% dos trabalhadores possuíam emprego regular no setor formal, dominado pelo setor público e empresas privadas registradas com mais de 10 empregos. O crescimento econômico a partir de 2000 se traduziu em expansão do emprego apenas no setor informal, em particular na agricultura, negócios individuais e atividades remunerada por peça ou dia, incluindo trabalho eventual (IEDI 2007).

**Tabela 4 - Emprego informal e o emprego no setor informal em % do emprego total**

Índia	Emprego Informal			Emprego Informal
	Total	Zona Rural	Zona Urbana	
1993/94	86,3	73,1	13,2	92,7
2004/05	85,6	72,2	13,4	94,1

Fonte: IEDI 2007

## 2.2 Financiamento do déficit público e a dívida pública.

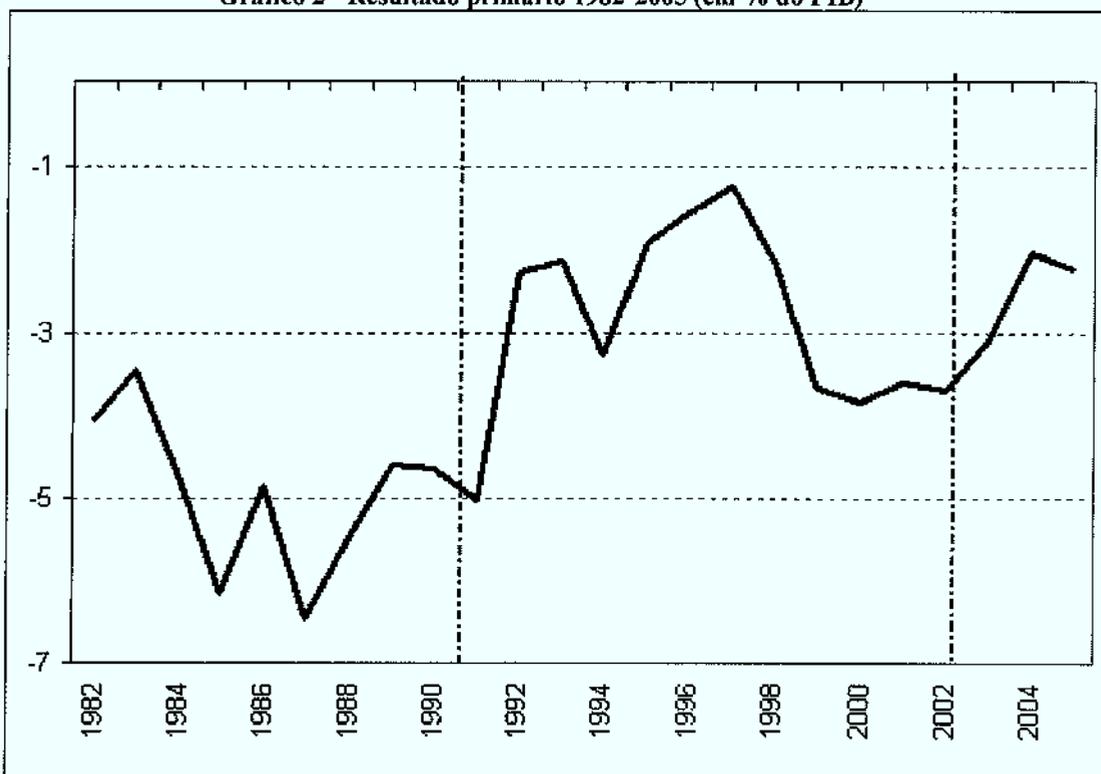
Desde 1982, tanto o governo central como os Estados têm apresentado sucessivos déficits. Em 2001 o governo absorveu quase metade da economia nacional, em proporção ao PIB do mesmo ano, para financiar seu próprio consumo, de empresas estatais e transferências de capitais, ou seja, utiliza poupança privada para financiar seus gastos. O resultado foi quase 10% do PIB de déficit público e o aumento da dívida pública.

Em 1982 a dívida pública estava em torno de 50% do PIB e em 2003 alcançou cerca de 80% do PIB. Em 2003, no entanto, o governo lançou o *Budget Management Act*, que no médio

prazo definia um equilíbrio entre os gastos e receitas do governo, sendo que o déficit fiscal total não poderia passar de 3% do PIB já em 2006, mas atingiu em torno de 4% nesse ano, levando-se em consideração que no resultado do governo indiano não são somados gastos com fertilizantes e com derivados de petróleo, componentes importantes das despesas do governo. Isso coloca a Índia como um dos países com maior déficit fiscal do mundo na atualidade.

Entre os anos 1982-2005 o país não registrou um ano sequer de superávit primário, fato que pode ser considerado como exceção entre os países em desenvolvimento (ver Gráfico 2). Na década de 1990, a relação dívida/PIB manteve-se estável em torno de 60%, mas a partir de 2001 houve um novo avanço nesse patamar passando para 70% do PIB e em 2003 já em 80%.

**Gráfico 2 - Resultado primário 1982-2005 (em % do PIB)**



Fonte: Reserve Bank of India, apud Cysne (2008).

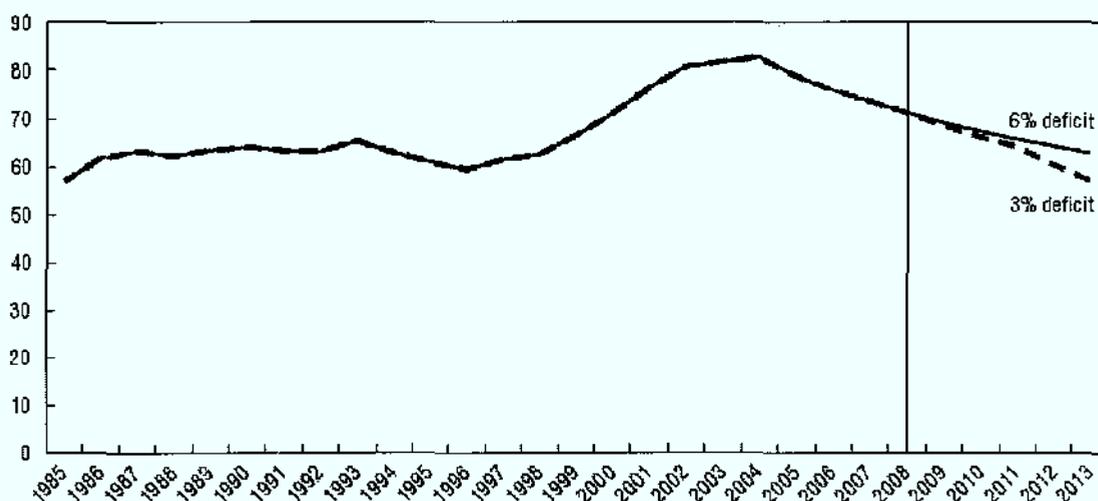
O Gráfico 2 ressalta dois pontos importantes: um em 1990-91 quando se iniciaram as reformas econômicas; outro em 2002-03 quando o governo adotou novas medidas e metas para tentar equilibrar o orçamento fiscal. Em 1990-91, mais relevantes que as políticas liberalizantes, foram os cortes de investimentos do governo central devido à crise fiscal decorrida do aumento do petróleo, reflexos da Guerra do Golfo e crise externa. Essa trajetória

de aumento da dívida pública causada por sucessivos déficits fiscais tende a ser insustentável ao longo prazo, sendo uma das razões das reformas.

Os Estados reduziram os seus déficits fiscais em um passo mais rápido do que o governo central como reação às pressões financeiras mais severas que enfrentaram no início da década de 2000. Essas pressões foram resultado de tentativas malsucedidas de ajustar outras despesas. Além disso, as receitas dos Estados também aumentaram significativamente por terem sido ajudados pelo governo central com maior repasse de impostos, transferências, subsídios e por outros meios (OECD, 2007). No entanto, em 2005, ainda haviam quatro Estados com déficits expressivos, que variavam de 35% a 60% de suas receitas.

A maior vigilância do governo central e dos Estados para diminuir o déficit público tem obtido resultados. Seus déficits combinados somaram 6,3% do PIB em 2007 e em 2008 a expectativa é de atingir 5,7% do PIB. A dívida somada era de 82% do PIB em 2004, se encontra por volta de 70% do PIB em 2008. A projeção da OCDE é que, assumindo o crescimento econômico anual do PIB nominal de aproximadamente 13% e as taxas de juros de não mais do que 8% ao ano, ao médio prazo os objetivos fiscais resultarão em um novo declínio gradual da dívida à proporção de PIB (OECD, 2007). O declínio gradual da proporção dívida/PIB pode levar a uma posição fiscal mais sustentável.

**Gráfico 3 - Dívida do Governo em porcentagem do PIB e projeção da OCDE**



Fonte: OECD (2007; p. 53).

No Gráfico 3 pode-se observar a projeção da OCDE para a evolução da dívida pública do governo indiano caso obtenha déficits fiscais de 6% e 3% do PIB nos próximos anos. Caso o governo consiga diminuir cada vez mais seu déficit, é possível que em 2013 o acumulado da dívida chegue num nível semelhante ao verificado em 1985.

A Índia tem financiado seu déficit público majoritariamente por vias internas, mantendo a dívida externa relativamente baixa quando comparada com outros países em desenvolvimento, por exemplo o Brasil, conseguindo posicionar seu *rating* soberano em patamares relativamente satisfatórios.

O principal instrumento de financiamento do déficit público na Índia é a emissão de títulos domésticos de curto prazo. De 2003 a 2008, essas emissões (notas do Tesouro de um ano e *dated securities*) responderam, em média, por quase metade dos recursos captados pelo governo (Cysne, 2008). No entanto, as fontes de financiamento que ganharam mais importância nesse período foram os títulos especiais do governo central e dos Estados, comprados pelo fundo nacional das pequenas poupanças. Esses fundos foram constituídos pelo recolhimento de pequenas poupanças privadas. Nos últimos anos a participação desse instrumento de financiamento do déficit agregado passou de 19% em 1999/2000 para 33%, segundo estimativas do Reserve Bank of India. O financiamento externo foi quase irrelevante, sendo inclusive negativo em 2002/03 e 2003/04.

Em 1995, a Índia lançou pela primeira vez os *Floating Rate Bonds* (FRBs), obrigações com taxas flutuantes no mercado doméstico. Essa tentativa de emissão de obrigações de longo prazo falhou, pois não entusiasmou o mercado. Apenas em 2001, seis anos depois, essas obrigações foram reintroduzidas e aceitas com algumas modificações. Dessa vez o mercado foi mais receptivo à captação do governo. Mas em outubro de 2004 o cenário começou a se inverter devido à insegurança dos investidores no mercado financeiro indiano, causando um processo de erosão no mercado de FRBs que se estendem até os dias atuais.

O governo continuou a exercer considerável controle sobre as operações do setor bancário, bem como propriedade, parcial ou total, da maior parte dos bancos do país. Os bancos são obrigados a fornecer 40% dos seus empréstimos às atividades prioritárias, as quais são determinadas pelo Estado de acordo com seus interesses econômicos e sociais, e deve emprestar 25% dos seus ativos ao governo para cumprir com a exigência de proporção de

liquidez estatutária. Os novos bancos devem ter um quarto de suas atividades em áreas rurais, e todos bancos devem obter aprovação do banco central para abertura de ramos de atividade e investimentos em novas áreas da economia. Permitiu-se que bancos públicos vendessem a menor parte de suas ações ao mercado financeiro, sendo que 51% delas continuaram sobre controle do governo. Os detentores privados controlam, em média, 36% dos bancos estatais, e essa margem dá ao Estado o papel central no setor bancário. Além disso, até 2007, a maioria das ações do maior banco público da Índia era de propriedade do Banco Central e nesse mesmo ano essas ações foram transferidas ao Ministério das Finanças. As regulações adotadas pelo governo para obter o controle do mercado bancário restringem a capacidade de bancos estrangeiros em investir na Índia e por isso esse setor não teve uma expansão maior por parte privada, mesmo após as reformas de 1990. Em 2006 os bancos privados responderam por apenas 25% dos ativos bancários do país. (OECD, 2007). Com todos esses dados é possível verificar o grau de controle do governo sobre os bancos públicos e também privados. Ao exigir que todos os bancos possuam parte de sua dívida pública, o Estado consegue financiar seus déficits e continuar com seus investimentos na economia de modo a incitar o crescimento do país.

Ao mesmo tempo temos que um dos principais fatores que impedem o aumento dos gastos públicos é exatamente o alto déficit e dívida pública, pois para pagar os juros o governo perde recursos que poderiam ser utilizados em outros setores.

A Tabela 5 ilustra as fontes de recursos com os quais o governo central se financia.

**Tabela 5 - Fontes de financiamento do governo central em % do total.**

	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	Média
Empréstimos no mercado	45	43	46	56	58	30	45	46
Pequenas poupanças	19	21	19	22	29	33	34	25
Fundos estaduais de previdência	12	8	5	5	5	5	5	6
Déficit orçamentário	2	-2	1	-1	-2	10	0	1
Outros	21	27	26	23	16	17	13	20
Financiamento externo	1	4	2	-5	-6	4	4	0

Fonte: (OECD, 2007).

### 3. Os Gastos do Governo

Entre 2000 e 2003, o nível dos gastos públicos aumentou de 23% do PIB para 25% do PIB, sendo que nos anos subseqüentes o nível se manteve o mesmo. Contudo, a qualidade dos

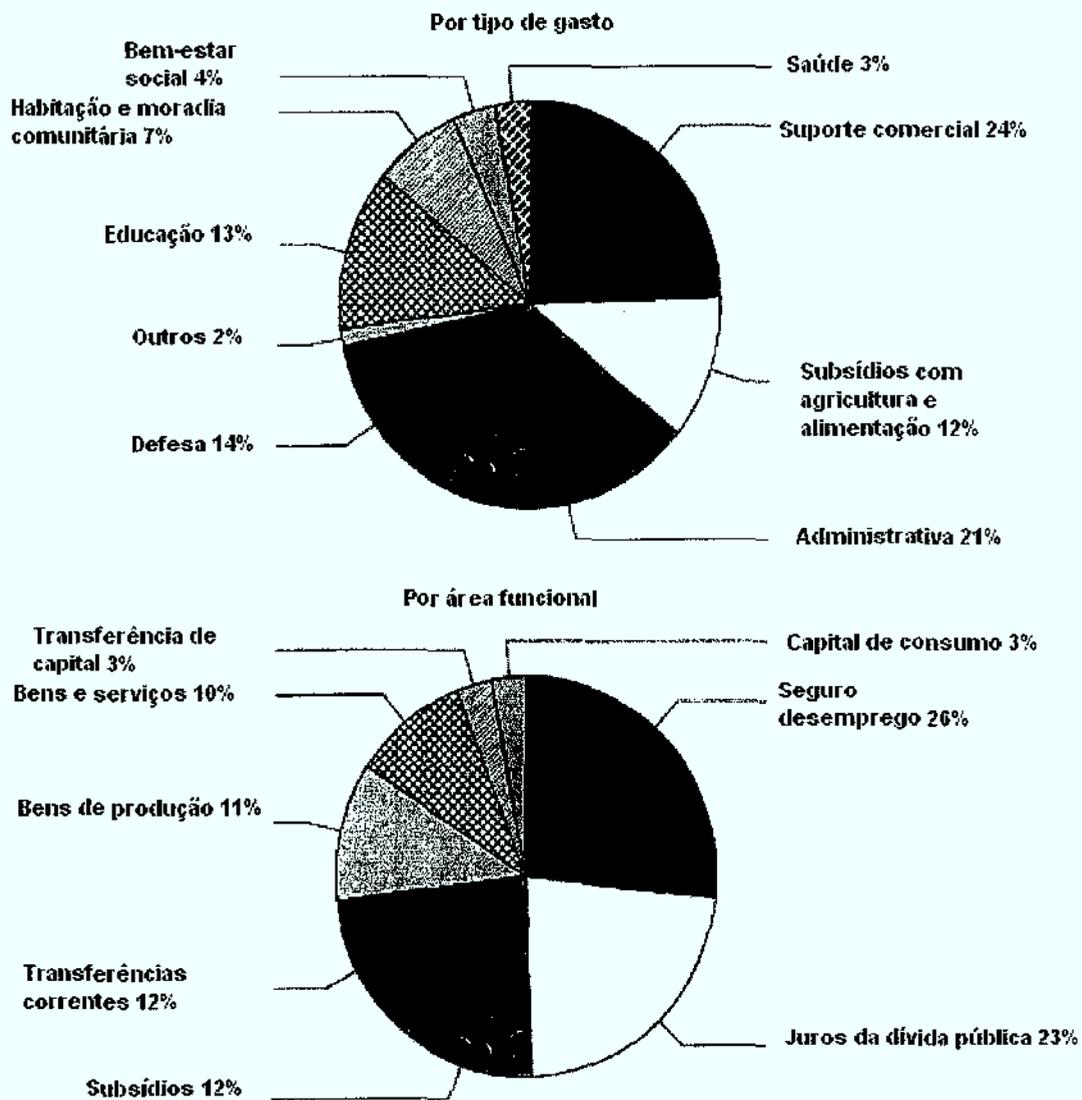
gastos deteriorou, pois as despesas com juros passaram de 4% do PIB para 6% do PIB enquanto que gastos com investimentos permaneceram constantes em 16% do PIB. Comparando com países membros da OCDE, a margem de gastos públicos de 25% do PIB é relativamente pequena, e dada as especificidades do país, mostra-se insuficiente para suprir as suas necessidades econômicas e sociais. Desde 2003 o gasto corrente do governo tem aumentado ao passo de 2% abaixo que o crescimento do PIB. É necessário então reavaliar a qualidade dos gastos e não apenas cortá-los. Para Cysne (2008), não é o gasto social o grande vilão, mas sim as despesas correntes. Essas despesas deveriam ser reduzidas de modo que o governo pudesse investir mais nas áreas sociais e de infra-estrutura sem comprometer seu equilíbrio fiscal.

Montek Singh, Ministro do Planejamento indiano, explica a razão dos gastos do governo com a seguinte frase: *“O argumento mais comum é o de que, nos tempos de economia acelerada, a política fiscal deveria ser contracionista (o déficit deveria ser reduzido), para haver espaço para expansão fiscal quando a atividade desacelerar. Mas também se pode argumentar que, quando as coisas vão bem, psicologicamente muitos investidores ficam otimistas com a economia, e esse é o momento de aumentar o déficit e investir. Há também o problema da qualidade do déficit. Uma coisa é aumentar o déficit para aumentar subsídios. Outra coisa é ter um aumento no déficit para construir estradas, que vão acelerar o crescimento”*. Nesse sentido também discursa o Ministro das Finanças, que em 2006 afirmou que o governo passaria a ter um maior controle sobre o déficit público, passando a gastar menos do que arrecada nos próximos anos. Contudo, acreditando em uma maior arrecadação proveniente do crescimento econômico, disse que haverá maiores investimentos na agricultura, na educação e na saúde. Esses seriam os três principais gastos do governo para os próximos anos, e além desses, continuaria a investir pesadamente em vários projetos de infra-estrutura com o objetivo de aumentar a geração de energia, ampliar a rede de estradas, portos, ferrovias, aeroportos, oleodutos e refinarias. Todos esses investimentos priorizam a sustentabilidade do crescimento do país, de modo a diminuir os custos de produção, que segundo alguns estudos, é um dos principais obstáculos indianos para o futuro.

Reflexos dos gastos do governo e da redistribuição de renda, causada tanto pelo crescimento econômico do país nos últimos anos como pelas políticas do governo, é a elevação

do consumo interno. Esse é o principal motor da economia indiana. Em 2005, por exemplo, a indústria cresceu 6,7% e o setor de serviços 9,1%, respondendo, em sua maioria, pela demanda interna.

Gráfico 4 – Os gastos do governo central (em % do PIB em 2003)



Fonte: OCDE (2007; p. 165)

O Gráfico 4 explicita os principais gastos do governo, divididos por tipo e por área funcional. Quanto ao tipo de gasto, o quesito administrativo representa 21% do total, ilustrando a grande dimensão da máquina pública na Índia. Os gastos com salários e despesas administrativas assumem a segunda posição, e por isso faz-se necessária uma maior eficiência

nos órgãos públicos das variadas esferas, nas empresas públicas, entre outros, para que esta porcentagem diminua e possa favorecer outras áreas. Um dos grandes problemas enfrentados nessa área encontra-se no método pelo qual os salários do setor público são determinados. A cada ano há pequenos aumentos salariais para reposição das perdas ocorridas no período anterior, e uma vez por década há uma comissão a qual estabelece, ao nível central, qual a porcentagem do aumento salarial. Assim, torna-se difícil para o governo retirar uma prática estabelecida na Constituição.

Já os subsídios com agricultura e alimentação se encontram na casa dos 12% dos gastos totais. A agricultura na Índia utiliza-se de mão-de-obra abundante e pouca tecnologia, resultando em baixa produtividade. Esse setor absorve quase 60% dos empregos e participa em aproximadamente 15% do PIB, tendo, portanto, um baixo impacto na dinâmica e no crescimento econômico do país. Assim sendo, não é um setor que propicia mobilidade social ou distribuição de riquezas pela sociedade, mas ainda sim é fonte de sobrevivência da grande massa do povo indiano. Para a OCDE (2007), os subsídios com fertilizantes, querosene e alimentos resultam em perda de eficiência e desperdício de dinheiro público, mas para o governo essa é a garantia de “preço justo” de componentes essenciais para as famílias mais pobres. O programa de subsídios do governo é essencialmente direcionado para ajudar pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, mas ainda assim há pessoas que não possuem renda suficiente para comprar os produtos no “preço justo” e que dependem de outro programa governamental que propicia 100 dias de trabalho. Esse programa tem um custo estimado em 0,3% do PIB e embora não tenha o intuito de reduzir a pobreza e a desigualdade, ele fornece uma rede de segurança social não apenas aos que se encontram abaixo da linha da pobreza, pois a participação não se restringe somente às classes mais pobres.

Os gastos com educação remetem a 13% do total, e, apesar desse montante, o ensino público ainda é deficiente e não abrange toda a sociedade indiana. Por outro lado, o governo investe muito em pesquisa e tecnologia, por via das universidades públicas (maioria no país), o que contribui para o desenvolvimento científico e o crescimento de setores de alta tecnologia. Há ainda uma política de ajuda para doutorandos que queiram se especializar ou cursar universidades em outros países. Assim, o governo incentiva que seus maiores pensadores tenham experiências internacionais e nas melhores universidades do mundo, sendo que, por

exemplo, 38% dos doutores nos EUA são indianos, 36% dos cientistas da Nasa também são indianos assim como 44% dos estudantes estrangeiros nos EUA (Nassif, 2008). Tais dados mostram um dos principais aspectos da política do governo, que é investir em capital humano, tendência que se faz presente desde a década de 1970 e hoje é um grande diferencial do país. Esse quesito é muito importante para o desenvolvimento de setores como ciência e tecnologia de informação (TI), por exemplo.

As despesas com defesa e suporte comercial para empresas somam 38% dos gastos totais mas ambos encontram-se em queda nos últimos anos. Após a conclusão de seu programa de desenvolvimento de armas nucleares e seu reconhecimento internacional, a Índia tenta reduzir seus gastos com defesa. A trégua recente com o seu vizinho Paquistão, que também possui programa de armas nucleares, colabora para que o corte de gastos na área militar ganhe força. Já as despesas com suporte comercial para empresas também seguem tendência, embora muito leve, de queda. A abertura comercial promovida pelo governo e seu programa de privatizações tornam tais gastos cada vez menos necessários e coerentes. Contudo, durante vários anos, mesmo após o processo de liberalização da economia no início da década de 1990, a política de suporte comercial foi muito importante para que estimulasse o desenvolvimento de empresas e de diversos setores industriais. Tais proteções comerciais levaram muitas dessas empresas a trabalharem em níveis de eficiência abaixo dos seus concorrentes internacionais, e isso obrigou, e obriga, o governo a reduzir paulatinamente os gastos com suportes comerciais, para assim não comprometer as empresas nacionais.

Na análise dos gastos por área funcional, Gráfico 4, destacam-se as despesas com os juros da dívida pública (23%), seguro desemprego e pensão pública (26%), subsídios e transferências correntes (12% cada) e formação de capital (11%). Sobre a dívida e os seus juros, já tivemos uma apresentação do tema. Já o gasto com seguro desemprego e pensão pública, que somam 26% dos gastos totais (por área funcional) há uma grande preocupação por parte dos estudiosos do assunto. Entre 1990 e 2005, os recursos necessários para pagamentos dessas pensões saltaram de 1,1% do PIB para 2%, e caso os gastos continuassem nessa tendência, em 2009 poderia alcançar 2,3% do PIB (OECD, 2007). Contudo, desde 2004, o governo restringiu novos entrantes para o, até então, sistema de pensão pública e o reformulou. Isso gerou um pequeno alívio nas contas do governo, que agora espera gastar em 2009 em

torno de 1,7% do PIB com pensões. Os contribuintes terão de decidir entre três investimentos de diferentes estratégias. O novo sistema separa a gerência, o registro de dados e a gerência de fundo em operações separadas. Embora ainda não tenha sido completamente colocado em prática, os governos estatais também seguiram essas reformas com 19 estados, cobrindo 82% da população, tendo adotado o sistema em janeiro de 2007.

Temos abaixo a Tabela 6 que explicita os gastos totais do governo central e em qual proporção eles contribuem para a formação de capital na economia indiana.

**Tabela 6 - Gastos totais e formação de capital do governo central (em % do PIB)**

	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005
I - Gasto Total	17,2	15,6	15,8	16,3	15,4	15,2	14,5
II – Formação bruta de capital (FBC) advinda dos recursos orçamentários do Governo Central	4,9	3,2	3,4	3,1	3	3,1	2,3
FBC do Governo Central	1,5	1,1	0,6	0,9	0,9	1	1
Assistência financeira para formação de capital no resto da economia	3,4	2,1	2,8	2,2	2,1	2,1	1,3
III – Poupança Bruta do Governo Central	-1,8	-2,7	-3,3	-3,3	-2,6	-2,3	-2,1
Diferença (II-III)	6,8	5,9	6,7	6,5	5,6	5,3	4,4
Financiado por:							
Receitas de capital domésticas	4,1	5,5	6,5	6,8	6,2	4,2	4
Déficit orçamentário	2	-0,1	-0,1	0,1	-0,1	0,7	0,1
Poupança externa	0,7	0,4	0,3	-0,4	-0,4	0,4	0,4

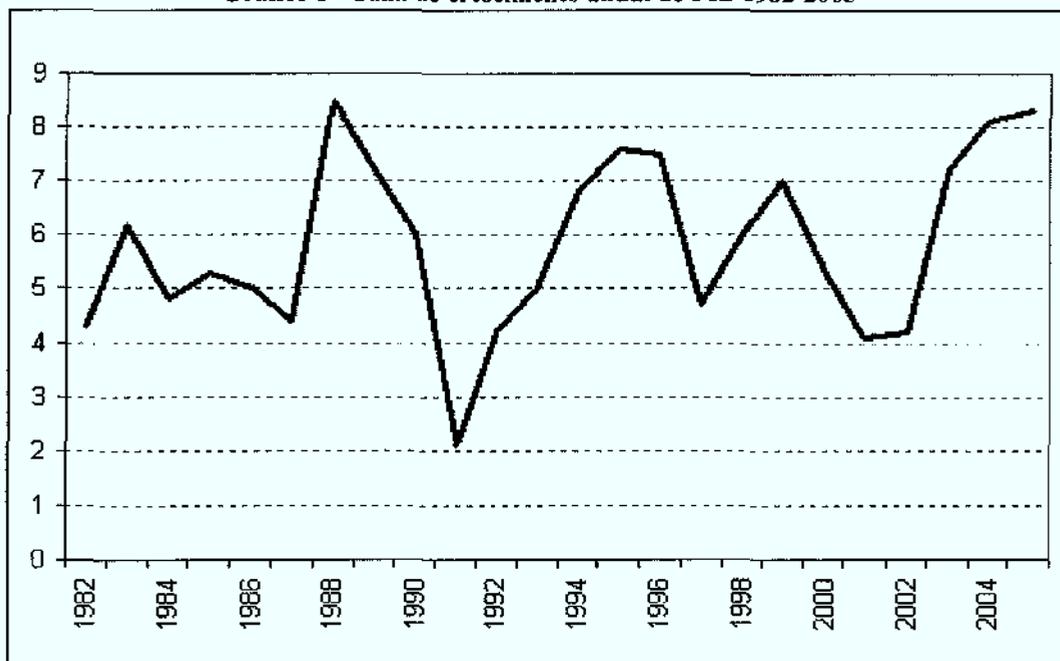
Fonte: Cysne (2008 p.197)

Como já exposto anteriormente, é clara a intervenção estatal em vários setores da economia indiana, atuando de forma peculiar para gerar dinâmica e estímulos econômicos, priorizando o crescimento do país. Segundo OCDE (2007), os gastos com subsídios, com empresas estatais e com o pagamento de juros da dívida são os maiores vilões do gasto público indiano. Não são, comprovadamente, os que mais contribuem para a redução da pobreza, podendo, portanto, tornar as empresas mais eficientes e economizar tais recursos. No entanto, Nassif (2008) acredita que é exatamente o gasto público do governo indiano, promovendo o desenvolvimento econômico por meio de pesquisas, das estatais em setores estratégicos, de investimentos em infra-estrutura, universidades públicas em expansão, um dos grandes responsáveis pelo elevado dinamismo verificado na economia desde meados dos anos 1980. Portanto seria nessa década que se encontra a origem do vigor econômico do país, pois a partir de então é que houve uma quebra no padrão de investimentos do governo, que resultou em

crescimento. Nesse período se formou “capital humano”, investindo em educação, em setores de infra-estrutura, fontes de energia, ciência e tecnologia. Buscando corrigir a falta de apoio financeiro para estímulo à P&D ao setor privado, o governo indiano criou um conjunto de esquemas para a absorção de tecnologias por setor industrial, bem como para desenvolver, implementar e comercializar tecnologias domésticas. Esse ponto de vista contrapõe, em certa medida, a visão tradicional de que foram as reformas liberalizantes da década de 1990 os principais fatores para o desenvolvimento recente do país. Existem ainda atualmente, diversos incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento, com destaque para a isenção por 10 anos do pagamento de impostos sobre a renda concedidos a empresas cujo objetivo principal seja alocar uma parcela compatível de suas receitas com gastos em P&D.

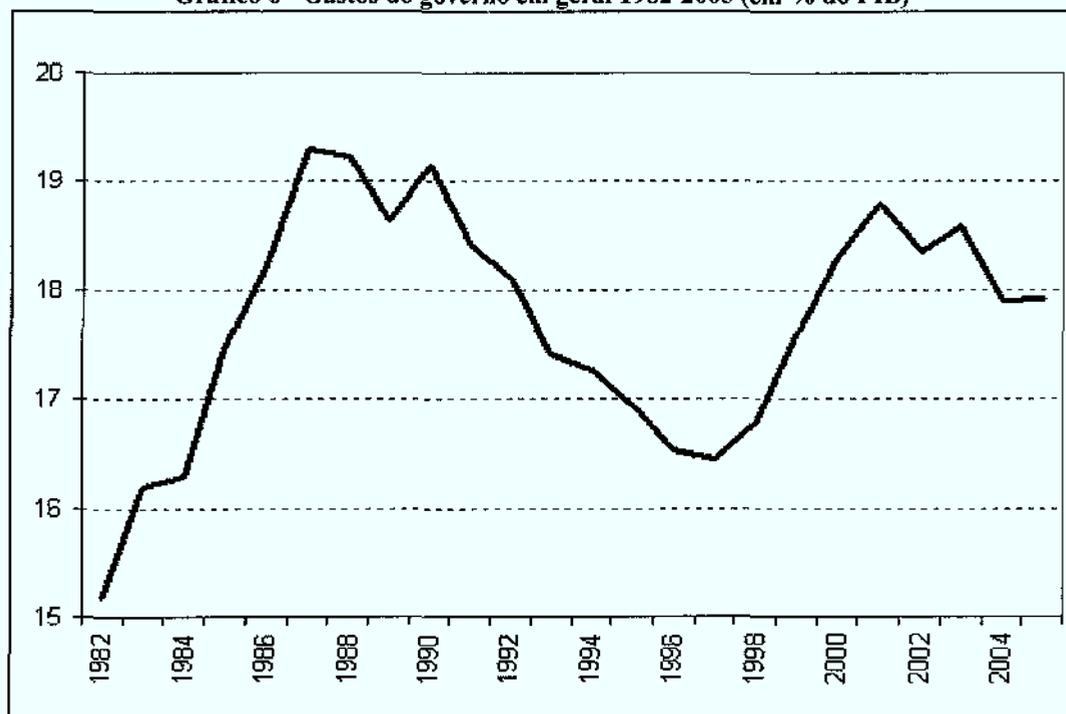
Nos Gráficos 5 e 6 temos a evolução dos gastos do governo e do crescimento do PIB entre os anos 1982-2005. Fica claro que mesmo com uma pequena redução nos gastos, tal patamar ainda se mantém elevado. Somando-se isso às informações da Tabela 4 temos uma melhor dimensão dos resultados da intervenção e investimentos estatais na dinâmica da economia.

Gráfico 5 - Taxa de crescimento anual do PIB 1982-2005



Fonte: FMI/International Financial Statistics, apud Cysne (2008 p.186).

Gráfico 6 - Gastos do governo em geral 1982-2005 (em % do PIB)



Fonte: Reserve Bank of India, apud Cysne (2008 p. 187).

### 3.2 As empresas estatais

As empresas estatais indianas foram criadas com base numa economia mista, que foi implantada como forma de se atingir uma industrialização rápida. Como o setor privado desse país não tinha recursos suficiente para investir em setores intensivos em capital e com retornos à longo prazo, a iniciativa estatal fez-se obrigatória para fomentar o processo de industrialização. Nas décadas de 1970 e 1980, período da política de substituição de importação, foram criadas mais empresas estatais que não se enquadravam com tal política. Seus setores foram desde aço e energia até bens de consumo. Ainda hoje temos seis setores restritos ao capital estatal, são eles: óleo mineral, minérios atômicos, armas, munições, energia atômica e transporte ferroviário. Em 2002, o setor público foi responsável por 25% do PIB indiano e por 31% dos investimentos em capital realizados no país.

Em 1991, o governo lançou, como parte do pacote de reformas econômicas, a Nova Política Industrial, que continha uma série de diretrizes para o desenvolvimento econômico indiano e o futuro papel das empresas públicas nesse processo. A nova política visava o

aumento das receitas e lucros das estatais de modo a reduzir o déficit fiscal além de aumentar a eficiência. Incentivou ainda a participação privada no capital das empresas estatais.

Suas principais diretrizes foram:

- Abertura de um grande número de setores da economia ao setor privado;
- Criação de um programa de desinvestimento envolvendo a venda parcial das ações do governo nas empresas;
- Introdução em larga escala de um sistema de contrato de performance baseado em um memorando de entendimento;
- O envio das informações das empresas deficitárias, para o Conselho de Reconstrução Financeira e Industrial, para avaliação dos resultados ou do seu fechamento.

A eficácia de tais diretrizes não atingiu todos seus objetivos, mesmo porque as metas foram pouco ambiciosas.

Na segunda metade da década de 1990 o governo indiano aprofundou as medidas iniciadas na Nova Política Industrial. Foram elas:

- Aumento da autonomia estatal
- A profissionalização do conselho administrativo das empresas
- Forte redução nas diretrizes governamentais a serem seguidas pelas empresas
- Criação de uma comissão de desinvestimento

O objetivo era permitir às empresas de maior porte, condições suficientes para competir no mercado nacional e internacional. No final da década de 1990 o governo priorizou privatizações em alguns setores e promoveu o fechamento de empresas ineficientes e sem valor de mercado

Desde o ano 2000 o número de empresas deficitárias vem declinando. O resultado agregado das empresas do setor público central, após se manter estável entre 1997-2000, tem melhorado substancialmente. Entre 2000-05, o crescimento médio do lucro líquido agregado das empresas analisadas aumentou a uma taxa média de 35% ao ano (ver Tabela 7).

**Tabela 7 - Resultado da empresas estatais**

Ano fiscal	Número de empresas	Lucro líquido (rúpias)	Lucrativas		
			Deficitárias	Lucrativas (%)	
1997	236	13.582	136	100	58
1998	235	13.203	128	107	54
1999	232	14.331	127	105	55
2000	234	15.653	124	110	53
2001	231	25.978	122	109	53
2002	226	32.344	121	105	54
2003	230	52.965	141	89	61
2004	227	64.963	148	79	65
2005	225	70.268	167	58	74

Fonte: OCDE (2007).

### Conclusão

Não há evidências precisas de se o atual processo de crescimento da economia indiana é ou não sustentável no longo prazo. Em perspectiva de médio prazo, os elevados déficits fiscais podem reduzir sobremaneira o dinamismo da economia caso o Tesouro venha a defrontar-se com dificuldades para financiar o excesso de gastos sobre as receitas junto com o setor privado, o que poderá restringir os investimentos públicos na debilitada infra-estrutura do país. No longo prazo, a manutenção do dinamismo da atual economia dependerá de se os setores de serviços e da indústria, que têm sido os principais motores do crescimento, serão capazes de produzir maiores efeitos de encadeamento entre si (intra e intersetorialmente) e com a agricultura. De tal forma, poderá aumentar o potencial de absorção do emprego da força de trabalho excedente do país.

Atualmente, o déficit público indiano já representa um problema para a continuidade do crescimento econômico do país, uma vez que o escoamento de recursos que poderiam ser utilizados em investimentos de infra-estrutura, educação, saúde, entre outros, são direcionados para o pagamento da dívida e de seus juros. As restrições ao capital estrangeiro inibem recursos externos em vultuosos volumes para financiar a economia, e isso faz com que o governo se utilize de fontes internas. O modelo de financiamento interno e as políticas para aumento da arrecadação predominantes foram expostos.

Para analisarmos adequadamente a política fiscal indiana e sua resultante na dinâmica econômica, é necessário levarmos em consideração a combinação dessa com as políticas

cambiais e monetárias adotadas pelo país. Só assim será possível compreender porque o governo dispõe de tamanha margem de manobra nesse quesito.

A política cambial indiana mistura um regime de câmbio flutuante com ativa intervenção do Banco Central para evitar sobrevalorização da moeda. O que se verificou nos últimos anos foi uma constante desvalorização da moeda em pequenas taxas. Isso visa tornar as exportações indianas mais competitivas, principalmente perante outros concorrentes asiáticos. Por sua vez, a política de atração de investimentos na Índia não aplicou a completa conversibilidade da conta de capitais. Tais fatos permitem que a política monetária atue em favor do crescimento econômico. O governo aceita uma alta taxa de inflação, contanto que o país tenha uma alta taxa de crescimento. O controle de capitais, de remessas para o exterior e as demais regulações do setor financeiro é que possibilita que a Índia consiga se financiar por meios internos sem causar uma fuga dos bancos do país.

A atuação do governo como forma de dinamizar a economia indiana ocorre via investimentos diretos, empresas estatais, funcionalismo público (o emprego no setor público é alto, mais de 40% dos empregos formais em 2006) (IEDI 2007), políticas de incentivos, entre outros. Pode-se concluir que o déficit público gerado nos últimos anos teve grande responsabilidade para o desempenho econômico observado. Nas palavras do Ministro do Planejamento da Índia, Montek Singh (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2006) "Essas metas fiscais podem levar ao corte de despesas importantes para o desenvolvimento a longo prazo.... Austeridade fiscal é muito importante, mas não acredito que essas leis garantam bom comportamento. Há o perigo de despesas importantes para o desenvolvimento a longo prazo serem cortadas". Montek define bem qual o papel que o Estado indiano tem cumprido nos últimos anos, prioriza o crescimento econômico e aposta num equilíbrio fiscal no longo prazo. Essa política vai contra o que órgãos internacionais como o FMI e a OCDE pregam como saudável.

Nos relatórios mais recentes divulgados pelo FMI e pela OCDE as indicações de políticas a serem adotadas são congruentes em vários aspectos. De modo geral pregam que a Índia deve reduzir seu déficit público no curto prazo, priorizar superávits primários para pagar os juros da dívida e com estabilidade de preços e crescimento econômico será possível reduzir o estoque total da dívida. Outro fator importante seria minimizar a atuação e intervenção do

governo no mercado. Como o governo utiliza a poupança interna para financiar seus gastos, tais órgãos têm pouca influência nas decisões do governo. Contudo, as autoridades do país já perceberam que uma alta dívida pública interna pode inibir empréstimos externos em casos de necessidades e gerar desconfiança dos investidores.

Nassif (2008) enumera alguns pontos a serem repensados para o Brasil com luz ao desenvolvimento procedido pela Índia. Esses pontos incluem aspectos mais amplos que os estudados aqui, contudo são válidos. São eles:

- i) investimentos maciços e contínuos em educação e treinamento (“capital humano”), a coexistência de um ambiente de livre concorrência com a coordenação estatal e a consolidação de instituições sólidas são importantes para o sucesso de setores intensivos em conhecimento, como tem sido o caso das indústrias de TI indianas. Além de outros setores de maior intensidade tecnológica e difusores de progresso técnico;
- ii) a liberalização comercial unilateral é importante para o aumento da produtividade e eficiência técnica, mas *per se* não assegura o desenvolvimento econômico.
- iii) a liberalização comercial unilateral tem seus limites, sobretudo quando, para países em desenvolvimento, não está assegurada a reciprocidade em perspectiva multilateral. Portanto, uma importante lição é a prudência na liberalização comercial unilateral em relação às tarifas consolidadas na OMC, pois isso traz maior flexibilidade para se utilizar o instrumento de proteção tarifária;
- iv) prudência na plena conversibilidade da conta de capitais, evitando principalmente ampla abertura à livre movimentação de capitais de curto prazo, de natureza especulativa, por ser importante para preservar a estabilidade cambial.
- v) as políticas de longo prazo (como as políticas industriais, de educação, de infraestrutura, de ciência e tecnologia, entre outras) tendem a maximizar os resultados esperados em termos de grandes transformações econômicas e sociais quando adotadas simultaneamente políticas macroeconômicas (monetárias, fiscais e cambiais) direcionadas para o crescimento.

Cabe balancear em qual medida devem ser adotadas políticas fiscais contracionistas e expansionistas, para que elas possam gerar crescimento econômico com inclusão social de modo sustentável tanto no curto como no longo prazo.

#### **Referências Bibliográficas:**

- AHLUWALIA, Montek. Economic Reform in India since 1991: Has Gradualism Worked? *Journal of Economic Perspectives*, 2002
- BHATTACHARYA, B. B. – “Índia – Uma percepção da globalização”. In FENDT, Roberto et al. [Org]. *Brasil na arquitetura comercial global*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2003.
- CRUZ, Sebastião Velasco - Reformas Econômicas na Índia: Discurso e Processo – *Boletim de Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, no. 7. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, out./dez., 2005.
- CRUZ, Sebastião Velasco (2007). *Trajetórias. Capitalismo Neoliberal e Reformas Econômicas nos Países da Periferia*. São Paulo.
- CYSNE, Rubens P. (2008). *Ajustes Fiscais – Experiências Recentes de Países Selecionados*. Rio de Janeiro. Editora FGV.
- ECONOMIST, The (01/06/2006). Now for the hard part. From The Economist Print Edition
- ESTADO de São Paulo, O (04/09/2006). “Meta fiscal é inútil sem crescimento” / Entrevista. Patrícia Campos Melo.
- HERR, Jan Prieue Hansjörg (2006). *Capital Account Regimes and Monetary Policy in Developing Countries. Liberalisation with Regulation*. Gutachten für GTZ und BMZ. Unveröffentlichtes Manuskript, Berlin.
- OECD, *Economic Survey India 2007*. Paris: OECD. 2008.
- IEDI, (2007). *O Mercado de Trabalho dos BRICs*. Carta nº 274. São Paulo.
- IMF, International Monetary Fund (2006). *Staff Report for the 2006 Article IV Consultation*. Washington, D.C.
- NASSIF, André (2006). *A economia indiana no período 1950-2004 – Da estagnação ao crescimento acelerado: Lições para o Brasil?* Rio de Janeiro. Textos para Discussão BNDES.
- RESERVE Bank of India (2006). *Report on Trend and Progress of Banking in India for the year ended June 30, 2006*. Mumbai. Printed by Alco Corporation.
- SEM, Sunada (2006). *De-regulated Finance: Some Concerns for India’s Industry and Labour*. Oxford University.
- SRINIVASAN, T. N.. *India’s Fiscal Situation: Is a Crisis Ahead? Economic Policy Reforms and the Indian Economy*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2002.